

## **TRANSFERÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA REDE MERCOCIDADES: DO DIÁLOGO À CONSTRUÇÃO CONJUNTA (1995-2016)**

### **PUBLIC POLICIES TRANSFERS IN MERCOCITIES NETWORK: FROM DIALOGUE TO JOINT CONSTRUCTION (1995-2016)**

**Thiago Mattioli Silva<sup>1</sup>**

Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais

Universidade Federal do ABC

São Bernardo do Campo – São Paulo – Brasil

**Resumo:** A literatura sobre a transferência e difusão internacional de políticas públicas tem crescido intensamente em anos recentes, com trabalhos sobre sua aplicação em relação à atuação de organismos internacionais na execução de políticas públicas, assim como nas relações de intercâmbio e aprendizagem entre diferentes esferas governamentais. Entretanto, ainda há pouca literatura sobre sua aplicação no estudo de redes internacionais de cidades. Desta forma, a partir do conceito de transferência de políticas públicas, aplicados ao caso da Rede Mercocidades, uma experiência latino-americana de cooperação internacional descentralizada, este trabalho verifica se é possível discutir uma possível extrapolação em direção a uma construção conjunta de políticas públicas e, para tal, discorre sobre o projeto “Inovação e Coesão Social”, um espaço para capacitação, construção, monitoramento e avaliação de projetos de desenvolvimento sustentável regional, identificando seus atores, mecanismos e restrições. Verificou-se que o projeto promoveu aprendizado e execução de projetos de políticas públicas, colocando-se como um espaço de construção conjunta dentro desta rede internacional de cidades, em particular por meio da troca de experiências entre os atores envolvidos, enfrentando, entretanto, dificuldades de continuidade e financiamento.

**Palavras-Chave:** Cooperação Internacional Descentralizada. Redes Internacionais de Cidades. Transferência de Políticas Públicas. Rede Mercocidades.

**Abstract:** The literature on international policy transfer and diffusion has experienced an intensive growth in recent years, mainly with works regarding the role of international organisations in policy implementation, but also in policy learning and exchange among different spheres of government. However, there is little literature about its application in the study of international city networks. Thus, starting from policy transfer concepts, applied to the case of Merco-cities Network, a Latin-American example of international decentralised cooperation, this study verifies if it is possible to discuss a possible extrapolation towards a joint policy construction and, to this end, presents the "Innovation and Social Cohesion" project, a space for training, construction, monitoring and evaluation of regional sustainable development projects, identifying its actors, mechanisms and restrictions. It is possible to verify that the project promoted learning and implementation of public policy projects, also representing a joint policy construction space within this international city network, in particular through the exchange of experiences among parties involved in that project, however it struggled for its continuity and funding.

**Key-words:** International Decentralised Cooperation. International City Networks. Policy Transfer. Mercocities Network.

**Recebido:** 01/08/2017

**Aprovado:** 07/08/2017

---

<sup>1</sup>thiago.mattioli@ufabc.edu.br

## **Introdução**

Os estudos de transferência e difusão de políticas públicas se iniciam a partir da experiência norte-americana, logo ultrapassando suas fronteiras e se desenvolvendo nas demais regiões. Tais estudos têm se focado nas formas como o processo, seus mecanismos e atores transferem ou difundem políticas públicas por meio de organizações internacionais, entre diferentes esferas de governos nacionais e, também, entre esferas de diferentes governos. Entretanto, ainda há pouca discussão sobre como tais abordagens podem ser utilizadas em casos de redes internacionais de cidades. A partir disto, este trabalho pretende apresentar uma aproximação entre a literatura de transferência e difusão de políticas públicas com as discussões sobre redes internacionais de cidades, apresentando os atores envolvidos neste processo, os mecanismos utilizados e as restrições encontradas.

Para tal, foca-se no caso da Rede Mercocidades, um exemplo latino-americano de rede internacional de cidades, que opera a partir da paradiplomacia e da cooperação internacional descentralizada para defender os interesses locais dentro do processo de integração regional do MERCOSUL. A rede também se foca em promover uma efetiva articulação entre as localidades da região em temáticas de seus interesses. Esta rede desenvolve suas atividades a partir de unidades temáticas, nas quais diferentes temas de políticas públicas são escolhidos, discutidos e desenvolvidos. Também possui projetos especiais, como o projeto “Inovação e Coesão Social”, que se apresenta como um espaço de capacitação, construção, monitoramento e avaliação de projetos de políticas públicas regionais e agrega, não somente os governos locais, como organizações da sociedade civil. Entretanto, dada sua característica de desenvolvimento de projetos, e não de políticas em si, este artigo questiona se a abordagem de transferência e difusão de políticas públicas é de possível aproximação e se há possibilidade de identificar uma construção conjunta de tais políticas, a partir deste modelo.

Assim, este trabalho apresenta inicialmente uma discussão e definição sobre os conceitos de paradiplomacia, cooperação internacional descentralizada e redes internacionais de cidades, aplicando-os ao caso da Rede Mercocidades. Um breve histórico e avaliação geral da rede também são apresentados, situando a rede como uma iniciativa de troca de experiências e boas práticas em temáticas e políticas públicas locais. A seguir são apresentadas as características principais da abordagem de transferência e difusão de políticas públicas, permitindo identificar no caso escolhido os atores, mecanismos, motivações e restrições que são enfrentados. Por fim, o projeto “Inovação e Coesão Social” é apresentado, verificando-se se é possível aplicar tais abordagens ao seu caso.

## **1. Paradiplomacia, cooperação internacional descentralizada e redes internacionais de cidades: A mercocidades e suas principais características**

A atuação internacional dos governos não centrais (GNC) tem sido discutida de forma mais intensa a partir dos trabalhos de Duchacek (1986, 1990) e Soldatos (1990), inicialmente dentro de suas pesquisas sobre federalismo e Estados federais. Nestes trabalhos diferentes termos são utilizados para designar a atuação destes GNCs como microdiplomacia, protodiplomacia e a própria paradiplomacia. Este último termo sofre críticas, como as desenvolvidas por Hocking (1993, 2004), que propõe a diplomacia multinível ou catalítica em seu lugar. Entretanto, como Aguirre (1999), Kuznetsov (2015) e Tavares (2016) afirmam a paradiplomacia acaba ganhando a batalha léxica sobre esta forma de inserção internacional. Desta forma, pode-se compreender que a paradiplomacia representa

o envolvimento de governos não-centrais nas relações internacionais por meio do estabelecimento de contatos permanentes ou *ad hoc* com entidades estrangeiras públicas ou privadas, com o objetivo de promover assuntos socioeconômicos ou culturais, assim como qualquer outra dimensão externa de suas competências constitucionais (CORNAGO, 1999, p. 40, tradução livre do autor).

Uma das formas destes contatos serem estabelecidos é por meio, não apenas de contatos individuais, mas também via o estabelecimento e o desenvolvimento de redes internacionais de cidades. Estas podem ser compreendidas como um tipo de paradiplomacia coletiva, com impactos relevantes em políticas públicas e no desenvolvimento local e regional (RODRIGUES et al., 2009). As redes se configuram como uma organização entre diferentes atores ou agentes que buscam objetivos comuns e se articulam de forma horizontal, sem um comando central unificado (BATISTA apud CARDARELLO & RODRIGUEZ, 2007). As principais tipologias encontradas são as redes territoriais, que agregam cidades de uma mesma área ou região; redes com perfis específicos, formada por cidades que se identificam com determinados perfis, como, por exemplo, seus tamanhos e redes temáticas, que desenvolvem trabalhos e ações dentro de temas específicos e bem definidos (CARDARELLO & RODRIGUEZ, 2007).

As associações nestas redes podem ocorrer por identidade, proximidade ou na defesa de interesses comuns (MARX, 2008), sendo que tais associações também são feitas a partir da percepção de que as redes representam uma forma de inserção no mercado internacional e como meio de ação amplo em diversas esferas de discussão (BORJA & CASTELLS, 1997).

As redes têm como objetivos a criação de grupos de pressão, a geração de economias de escala e aglomerações, o acesso a posições de liderança e a participação em esferas amplas de ação (BORJA & CASTELLS, 1997) e, no mesmo sentido, buscam a melhoria de qualidade de vida, viabilizando trocas de experiências e boas práticas em políticas públicas, a busca da integração de seus países ou de suas regiões, além do fomento do desenvolvimento econômico e a projeção política das cidades (CARDARELLO & RODRIGUEZ, 2007).

Estas redes internacionais de cidades desenvolvem suas atividades a partir do que pode ser compreendido como cooperação internacional descentralizada. Esta forma de cooperação se diferencia da forma tradicional, vertical e baseada no auxílio externo, ou seja, no envio de recursos de países desenvolvidos aos países em desenvolvimento (AYLLÓN, 2007; AFONSO & FERNANDES, 2005). Esta visão começa a se alterar nas décadas de 1980 e 1990, no seio das crises econômicas e de políticas neoliberais, incorporando os princípios do desenvolvimento humano e das questões sociais, incluindo novos atores e instrumentos ao processo anterior (HAFTECK, 2003; ROMERO, 2004).

Assim, considerando seus atores principais, seu propósitos gerais, os recursos envolvidos e a participação da sociedade civil, é possível compreender que a cooperação internacional descentralizada pode ser definida como “relacionamentos colaborativos substanciais entre governos subnacionais de diferentes países, com foco no desenvolvimento sustentável local e que implicam alguma forma de troca ou apoio oferecido por tais instituições ou outros atores locais” (HAFTECK, 2003, p. 336). Desta maneira, considerando o foco principal na atuação dos governos locais, é possível definir tal forma de cooperação internacional descentralizada como sendo do tipo público (MALÉ, 2006).

A partir desta breve apresentação da abordagem teórico-conceitual, é possível apresentar a Rede Mercocidades. Esta pode ser considerada tanto uma rede territorial, por seu escopo restrito a localidades do MERCOSUL, quanto uma rede temática, já que existe uma subdivisão de temas específicos dentro da rede; as cidades podem se associar para discuti-los, tratá-los e trocar experiências.

No mesmo sentido, por ser uma rede onde a adesão é voluntária, pode-se verificar que a associação se dá por objetivos comuns, seja no tocante ao processo de integração regional, seja na discussão de temáticas específicas, além de as cidades compartilharem uma identidade comum, ou seja, serem localidades de um determinado bloco de países. A rede também pode ser considerada um caso de cooperação internacional descentralizada, pois em seu funcionamento representa contatos formais e informais entre as cidades associadas, na busca

de seu desenvolvimento sustentável, o que acaba por envolver outros atores da sociedade civil.

Assim, a Rede Mercocidades foi criada em 1995 e conta com mais de vinte anos de atuação (GOMES & CORRADI, 2015), tendo como objetivo principal sua participação no processo de integração do MERCOSUL, em particular em temas de suas competências. Portanto, as cidades da Rede não apenas buscam influenciar no processo de integração, mas também participar das decisões que podem ter impacto sobre elas (MERCOCIUDADES, 2016a).

Quanto à sua institucionalização no seio do MERCOSUL, é importante ressaltar a criação da Reunião Especializada de Municípios e Intendências do MERCOSUL (REMI) em 2000, através da Resolução 90/00 do Grupo do Mercado Comum. A REMI tinha o objetivo de promover o diálogo e a cooperação entre as cidades dos países do bloco, tendo como resultados recomendações ao Grupo do Mercado Comum sobre sua participação no processo de integração, sobre o acesso ao financiamento e à cooperação internacional, em decisões sobre projetos específicos de interesse das localidades, dentre outras questões de seus interesses no que se refere ao bloco (MERCOSUL, 2000).

Em sua sétima reunião, as cidades sugeriram a revisão da instância de participação à qual estavam vinculadas, levando à criação, a partir de dezembro de 2004, do Fórum Consultivo de Municípios, Estados Federados Províncias e Departamentos (FCCR), que tem como objetivo o diálogo entre os dirigentes das diversas instâncias subnacionais e seus governos nacionais. Entretanto, a FCCR somente foi instalada em 2007, por meio da Carta do Rio, onde consta o objetivo de as cidades participarem do projeto de consolidação do MERCOSUL, além de agirem e fazerem recomendações de assuntos de suas competências às instâncias superiores, como o Grupo do Mercado Comum. (MERCOCIUDADES, 2016b).

A Rede possui a seguinte estrutura: Assembleia Geral dos Sócios, órgão máximo de deliberação; Conselho de Mercocidades, órgão superior de administração; Comissão Diretiva, composta pela Presidência, Vice-Presidências, Comissão Diretiva; a Secretária Executiva que, por sua vez, é a coordenadora dos trabalhos do Conselho e a Secretária Técnica Permanente da Mercocidades (STPM), órgão assessor da Secretaria Executiva. (MERCOCIUDADES, 2016a).

Também possui Unidades Temáticas (UTs), que são responsáveis pela discussão e formulação de políticas sobre temas específicos, sendo de sua responsabilidade o desenvolvimento de propostas de políticas comuns sobre tais temas, promover a divulgação das experiências exitosas e promover encontros e eventos para a discussão de problemas

locais (MERCOCIUDADES, 2016c). Em 2016, a Rede possuía quinze destas unidades, que tratam dos seguintes temas: ambiente e desenvolvimento sustentável (ADS); autonomia, gestão e participação (AGP); ciência, tecnologia e capacitação (CTC); cooperação internacional (CIN); cultura (CUL); desenvolvimento econômico local (DEL); desenvolvimento social (DSO); desenvolvimento urbano (DUR); educação (EDU); gênero e município (GEM); integração fronteiriça (INF); juventudes (JUV); planejamento estratégico e áreas metropolitanas (PEM); segurança cidadã (SEC) e turismo (TUR) (MERCOCIUDADES, 2016c).

Cabe ressaltar que também existem alguns grupos de trabalhos e comissões que fazem parte de algumas destas unidades. Os grupos existentes são: Cooperação Descentralizada (CIN); Esportes (CUL), Incapacidades e Inclusão (DSO). As comissões são: Economia Social e Solidária (DEL), Fomento de Negócios (DEL) e Direitos Humanos (DSO) (MERCOCIUDADES, 2016c).

Para que as atividades destas UTs fossem analisadas, a STPM criou, em 2005, uma metodologia própria de avaliação e ranqueamento. Esta avaliação se baseia na existência e na qualidade de planos de trabalho, atividades, produtos e participação. Cada UT recebe uma nota de 0 até 2 em cada item. Estas notas representam o seguinte: que ao ser atribuída a nota 0, nada foi desenvolvido no aspecto avaliado; a nota 1 representa um desenvolvimento mínimo e a nota 2 um bom desenvolvimento. Estas notas são somadas e seu resultado permite a classificação das UTs entre paralisadas (entre 0 e 2 pontos), atividade mínima (entre 3 e 4 pontos), ativa (entre 5 e 6 pontos) e proativa (entre 7 e 8 pontos) (STPM, 2005). Esta metodologia foi aplicada pela STPM a partir de sua criação e publicada em seus informes. Abaixo é apresentada a relação destas avaliações:

**Quadro 1 - Avaliação das Unidades Temáticas 2005-2015**

UTs	Períodos de Atuação									Média
	05-06	06-07	08-09 <sup>2</sup>	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	
ADS	7	8	-	4	4	7	8	7	5	<b>6</b>
AGP	2	3	-	7	8	2	0	5	4	<b>4</b>
CTC	7	7	-	2	8	6	8	7	4	<b>6</b>
CIN	n.d	n.d	-	n.d	n.d	n.d	4	4	5	<b>4</b>
CUL	7	8	-	8	7	6	7	7	7	<b>7</b>
DEL	8	8	-	4	7	6	5	6	4	<b>6</b>
DSO	6	7	-	5	5	6	4	5	6	<b>6</b>
DUR	3	8	-	3	6	5	3	6	5	<b>5</b>
EDU	5	8	-	5	6	7	8	8	5	<b>7</b>
GEM	7	6	-	8	8	6	5	5	6	<b>6</b>
INF	-	-	-	-	-	-	-	-	3	<b>3</b>

<sup>2</sup> De acordo com o relatório da STPM (2009) não foi possível realizar as avaliações e ranqueamento por falta das informações necessárias para tal.

<b>JUV</b>	7	3	-	2	7	8	7	5	6	<b>6</b>
<b>PEM</b>	2	2	-	4	4	6	2	6	7	<b>4</b>
<b>SEC</b>	0	3	-	6	6	8	8	6	6	<b>5</b>
<b>TUR</b>	7	7	-	5	7	8	6	8	8	<b>7</b>

Fonte: Elaborado pelo autor com informações de relatórios disponíveis em Mercociudades (2016d).

Cada UT recebe uma avaliação sob cada aspecto mencionado anteriormente (plano de trabalho, atividades, produtos e participação), entretanto, para esta análise se considerou a soma destes resultados e a média simples de todas as notas atribuídas. Assim, para uma análise de cada UT específica, é necessária a verificação dos informes disponíveis em Mercociudades (2016d).

A partir do quadro acima é possível identificar quais UT foram mais ativas durante o período 2005-2015. Nota-se que somente três unidades, as de Cultura, Educação e Turismo, podem ser consideradas proativas, isto é, em geral apresentaram planos de trabalhos com linhas políticas claras e previam atividades, produtos, reuniões, encontros e workshops, sendo tais eventos realizados e os produtos desenvolvidos, havendo a participação de, ao menos, seis cidades de três países diferentes do bloco.

Por outro lado, duas unidades, a de Autonomia, Gestão e Participação e a de Planejamento Estratégico e Áreas Metropolitanas, podem ser consideradas de atividades mínimas, ou seja, em geral apresentaram planos mínimos de ação, realizaram poucas reuniões ou encontros, não desenvolveram muitos produtos e tiveram baixa participação de cidades do bloco. A UT de Ciência, Tecnologia e Capacitação, durante o período entre 2009 e 2012, não aparece nas avaliações, porém, seu grupo de trabalho em Cooperação Descentralizado é avaliado. Não foram contabilizadas as avaliações do grupo de trabalho. Por sua vez, a UT de Integração Fronteiriça, por sua recente criação, figura somente no último informe disponível, não sendo possível fazer uma avaliação de suas atividades durante o período proposto. Assim, considerando que as UTs são os espaços específicos para a discussão e divulgação de boas práticas e experiências em políticas públicas, é possível aplicar o referencial teórico e a abordagem das transferências e difusão de políticas públicas para compreender de forma mais apurada seu funcionamento. Esta abordagem será apresentada na próxima seção.

## **2. Transferências e difusões de políticas públicas: Aproximações com a rede mercociudades**

A literatura sobre transferência e difusão de políticas públicas (TDPP) tem se desenvolvido de forma crescente desde a década de 1960, com uma profusão de artigos que tratam deste tema em política comparada, política americana e relações internacionais (GILARDI, 2012;

GRAHAM; SHIPAN; VOLDEN, 2012; SHIPAN & VOLDEN, 2012). Entretanto, seus estudos ainda não são tão desenvolvidos no Brasil. De acordo com um levantamento realizado por Faria, Côelho e Silva (2016) nas bases de dados do Banco de Teses/CAPES e na plataforma Scielo verificam-se poucos resultados para estudos que envolvam processos de TDPP. Por outro lado, os autores também apresentam o crescente interesse e a inserção do tema nas agendas de associações de pesquisa, como a ANPOCS e ABCP (FARIA; CÔELHO; SILVA, 2016), sendo realizada uma conferência internacional sobre o tema pelo CEBRAP em 2016 (CEBRAP, 2016).

Entretanto, é possível encontrar alguns artigos, dissertações e teses que tratam sobre tais temas na literatura brasileira, com sua aplicação na área de relações internacionais, como os trabalhos de Marin (2011), Oliveira (2013), Mello (2013) e Milani e Lopes (2014). Estes trabalhos abordam, a partir de suas especificidades, como políticas públicas são transferidas ou difundidas e quais atores e mecanismos estão envolvidos no processo. Este trabalho se insere nestas discussões.

Desta forma, considerando que as abordagens de TDPP possuem similaridades e complementaridade (MARSH & SHARMAN, 2010), este artigo sai do pressuposto que é possível agregar ambas as interpretações e seus conceitos, ampliando a visão sobre este tema e sobre o objeto a ser analisado. Marsh e Sharman (2010) apresentam, também, as diferenças metodológicas que cada abordagem apresenta, criticando e propondo possíveis formas de superação de tais questões, porém compreendem que as duas abordagens possuem grande complementaridade.

Portanto, torna-se necessário apresentar o que se compreende por transferência e por difusão, possibilitando, então, uma interpretação combinando tais visões. A tabela abaixo apresenta ambos os conceitos:

**Tabela 1 - Transferência e Difusão de Políticas Públicas: Conceitos**

<b>Transferência de Políticas Públicas</b>	Processos nos quais conhecimentos sobre políticas, arranjos administrativos, instituições e ideais de um cenário político (passado ou presente) são usados no desenvolvimento de políticas, arranjos administrativos, instituições e ideias em outro cenário político (DOLOWITZ & MARSH, 2000, p. 5).
<b>Difusão de Políticas Públicas</b>	Ocorre quando a decisão de um governo sobre adotar ou não uma inovação de política é influenciada pelas escolhas feitas por outro governo. [...] quando um país ou estado observa o que outros países e estados fizeram e condiciona sua própria política a partir destas observações (GRAHAM; SHIPAN; VOLDEN, 2012, p. 3).

Fonte: Elaborado pelo autor com os conceitos de Dolowitz e Marsh (2000) e Graham, Shipan e Volden (2012)



A partir destes conceitos é possível compreender a TDPP como um processo onde conhecimentos sobre políticas, estruturas e práticas administrativas de uma determinada localidade acabam por influenciar as decisões de outra localidade sobre tais elementos. Com esta definição, pode-se apresentar quais seus principais atores, mecanismos e gradações de TDPP.

Quantos aos atores envolvidos nos processos, podem ser categorizados em três diferentes tipos: internos, externos e intermediários. Os atores internos são aqueles que possuem capacidade de influenciar e decidir sobre a adoção de políticas públicas; os externos compreendem os governos que já adotaram tais políticas e servem como exemplos. Os intermediários representam demais atores interessados no processo e que, por tal, mediam estas relações, através da defesa de seus interesses ou agindo como grupos de pressão (GRAHAM; SHIPAN; VOLDEN, 2012).

Dentre os atores possíveis de serem inseridos nestas categorias estão, como atores internos, os políticos eleitos, burocratas e servidores públicos; como externos essencialmente outros governos, independentemente de seu nível de governança, como governos nacionais, subnacionais, supranacionais ou organizações internacionais; já os intermediários são os empreendedores políticos, especialistas, consultores, grupos de pressão e a mídia, dentre outros (DOLOWITZ & MARSH, 2000). Cabe ressaltar que cada ator possui motivações e restrições em suas ações dentro do processo de TDPP. Como exemplo é possível identificar nos atores internos, em particular nos políticos eleitos e nos burocratas, objetivos políticos ou metas a serem alcançadas, tendo como restrições suas capacidades de ação e recursos, sejam orçamentários, sejam humanos (DOLOWITZ & MARSH, 1996).

Sobre o que é difundido, pode-se identificar uma série de aspectos e propostas, desde políticas econômicas, democracia, direitos, dentre outros (GILARDI, 2012). Porém, é possível classificá-los nos seguintes elementos: metas, instrumentos, estruturas, programas, instituições, ideologias, ideias, atitudes e lições negativas (DOLOWITZ & MARSH, 1996, 2000). Tais elementos são processados a partir de diferentes mecanismos relatados na literatura.

Assim, quatro diferentes mecanismos de TDPP são expostos, sendo eles o aprendizado, a competição, a coerção e o mimetismo. O aprendizado está relacionado à decisão racional dos atores internos que, ao observar experiências externas, podem decidir pela execução de uma política em seu território; a competição se dá por meio das interações entre diferentes governos, que tentam prever ou responder a alterações de políticas em seus adversários; a coerção ocorre quando há a necessidade de adoção de determinadas políticas

por uma força maior como, por exemplo, condicionalidades impostas por organismos internacionais; e o mimetismo representa a adoção de políticas por seus valores simbólicos ou normativos, em particular através da socialização (MARSH; SHARMAN, 2010; GILARDI, 2012; GRAHAM; SHIPAN; VOLDEN, 2012).

Estes mecanismos podem ser interpretados a partir de sua opção, ou seja, o que faz com que tal decisão seja tomada. Assim, pode-se verificar que as opções se encaixam na proposta de um *continuum* que vai desde a transferência voluntária, passa pela coerção indireta e termina na coerção direta (DOLOWITZ & MARSH, 2000). A partir disto, pode-se entender que o aprendizado é uma forma de transferência voluntária, a competição uma coerção indireta, assim como o mimetismo, sendo a coerção sempre uma forma de imposição direta. No mesmo sentido, é possível identificar diferentes gradações nas TDPP, que estão relacionadas à como a adoção da política é desenvolvida. Dentre estas estão a cópia, quando a política é transferida sem modificações; a emulação, quando as ideias são transferidas e não a política em si; a combinação, quando elementos de políticas diferentes são alvos do processo e a inspiração, que ocorre quando sucessos alcançados por outras instâncias servem de catalisador para mudanças naquele que observa (DOLOWITZ & MARSH, 2000).

Com isto, pode-se compreender, mesmo que de forma sintética, quais os principais aspectos da TDPP. Porém, como estes elementos podem se aproximar com o caso em questão? Para tal, é necessário identificar nas estruturas e processos da Mercocidades o que pode ser classificado como seus atores, mecanismos e formas de transferência e difusão.

Portanto, a partir de seus estatutos e também dos planos de trabalho de suas UTs, é possível verificar que a Rede compreende os três tipos de atores que a literatura de TDPP destaca (MERCOCIUDADES, 2016a, 2016c), ou seja, atores internos, externos e intermediários e seus respectivos agentes (DOLOWITZ & MARSH, 2000; GRAHAM; SHIPAN; VOLDEN, 2012).

Os atores internos são os prefeitos, secretários e demais burocratas e servidores públicos que atuam nas cidades participantes e que participam das atividades da rede, entretanto, os mesmos atores podem ser considerados externos, isto é, quando são o foco das observações ou os proponentes de uma determinada boa prática de política pública. Assim, a Mercocidades congrega, ao mesmo tempo e por seu caráter em rede, atores internos, que têm capacidade de influenciar e definir as políticas públicas de suas localidades e externos, que oferecem na rede as experiências que já possuem. No mesmo sentido, a participação pontual, particularmente em encontros e eventos da rede e suas UTs por Universidades, Organizações Não governamentais e outros grupos de interesse indicam que se pode pressupor que tais

agem como intermediários, isto é, participam de atividades com o objetivo de influenciar os atores internos a adotarem determinada política, que defendem a partir de sua *expertise* e experiências.

Quanto aos interesses e às restrições destes atores e agentes (DOLOWITZ & MARSH, 1996; 2000), é possível identificar tanto metas políticas quanto de políticas públicas, uma vez que a associação à Mercocidades oferece um espaço de diálogo, troca de experiências, mas também de protagonismo para as cidades que dela fazem parte. Assim, a Rede se torna tanto um local para angariar novas ideias e políticas, que permite que determinadas metas de políticas públicas sejam alcançadas, mas também serve como um local para a promoção de políticas exitosas, com ganhos políticos à administração que as desenvolveu, em particular seus prefeitos e secretários, que se tornam referências no tema. Diversos casos poderiam ser apresentados para reforçar tal hipótese, dentre eles, a experiência da política pública de Orçamento Participativo e a atuação da cidade de Porto Alegre (RS), analisadas em profundidade por Oliveira (2013). Porém, verifica-se que a participação das cidades nas atividades da rede e de suas UTs depende de orçamentos locais que não permitem uma intensa colaboração, prejudicando tanto estas localidades quanto as unidades de que fazem parte.

Sobre o que é transferido, verifica-se que a Rede e suas UTs, em particular através de eventos, encontros, seminários e publicações (MERCOCIUDADES, 2016d) acabam por promover boas práticas em políticas públicas, instrumentos, ideologias, ideias e atitudes (DOLOWITZ & MARSH, 1996, 2000). E a forma pelas quais são transferidos se concentra em aprendizados e mimetismos (MARSH & SHARMAN, 2010; GILARDI, 2012; GRAHAM; SHIPAN; VOLDEN, 2012), ou seja, em processos que podem ser considerados voluntários e indiretamente coercitivos, sendo que o processo de TDPP ocorre a partir da emulação, isto é, as ideias por trás das políticas são transferidas, não sendo a política copiada em sua integralidade, em particular dados os limites que as cidades associadas possuem para tal execução, como recursos financeiros e humanos (DOLOWITZ & MARSH, 2000).

Isto é perceptível a partir, não apenas do caráter voluntário de associação e participação na Rede e em suas UTs, como também no próprio processo de divulgação de boas práticas, a partir de publicações e seminários, que permitem aos associados entrarem em contato com propostas já executadas em outras localidades e que escolhem, a partir disto, se pretendem trazer tais experiências para suas administrações. Entretanto, a Mercocidades, em particular na cláusula democrática de seu estatuto, e suas UTs, a partir de seus planos de trabalho (MERCOCIUDADES, 2016a; 2016c), acabam por promover determinados valores simbólicos – o respeito à democracia, a processos participativos e cidadãos, aos direitos

humanos – que podem ser considerados uma forma de mimetização ou socialização, isto é, as cidades associadas se sentem compelidas a aceitar, cumprir e promover tais valores, não apenas dentro da rede, mas também em suas administrações locais, assim, estes valores acabam por obter um caráter normativo dentro da Rede, sendo respeitados por suas associadas.

Portanto, a partir das discussões acima se verifica que é possível aproximar a literatura de TDPP à Mercocidades. Entretanto, é necessário ressaltar que uma avaliação mais focada permitiria um compreensão aprofundada de como esta literatura colabora para a análise e avaliação dos processos dentro da rede e suas UTs, entretanto, não é o escopo deste trabalho apresentar de forma detalhada tais interações. Por fim, é possível apresentar o projeto “Inovação e Coesão Social” e como ele compreende um processo de TDPP e, eventualmente, uma forma de construção conjunta de políticas públicas.

### **3. Do diálogo à construção conjunta de políticas públicas?**

Como demonstrado na seção anterior, é possível analisar e avaliar a atuação da Mercocidades e de suas UTs a partir do referencial teórico e conceitual da TDPP. E conforme apresentado na tabela 1, observa-se que as UTs podem ser consideradas no geral ativas, isto é, realizam reuniões, seminários e encontros onde podem promover e divulgar suas experiências e boas práticas de políticas públicas temáticas, tornando estas UTs um local de aprendizado e inspiração de inovações nas políticas públicas de suas associadas. Entretanto, dados os diferentes perfis, capacidades e recursos das cidades associadas, projetos em conjunto são escassos e complexos de serem desenvolvidos (DESSOTTI, 2011). É a partir desta dificuldade que o projeto “Inovação e Coesão Social: capacitação metodológica e visibilidade de boas práticas” (IN) é desenvolvido. O projeto tem como sócios a STPM da Mercocidades, a Racine, que deixa de existir em 2013, a IHEAL-LOCAL e a Fundação TIAU, cada uma com capacidades e funções específicas (IN, 2013).

Financiado através do programa “Agentes não estatais e autoridades locais (ANE-AL)” da União Europeia, o projeto IN começou seus trabalhos em 2009 com o objetivo geral de gerar capacidades dos atores locais latino-americanos em promover seu protagonismo, impulsionando a cidadania, a inclusão social e a participação da sociedade civil no desenvolvimento de políticas públicas locais. Teve como beneficiários, não apenas as cidades associadas à Mercocidades, mas também as Organizações da Sociedade Civil (OSC) destas localidades, pretendendo capacitar estes atores no ciclo de projetos, oferecer assessorias presenciais e virtuais dos projetos selecionados, desenvolver uma rede de intercâmbio de

experiências e promover o trabalho em conjunto entre governos locais, OSC e a academia. Para tal, o projeto IN se baseia em três eixos principais: 1) integração produtiva regional; 2) cidadania regional e 3) inclusão social na região. Entretanto, a partir destes eixos diferentes temas e propostas podiam ser apresentadas, por exemplo, temáticas relacionadas à equidade de gênero, desenvolvimento turístico e cultura, dentre outros (IN, 2013; 2016).

Como critérios principais para a escolha dos projetos submetidos, que passariam pelo processo de capacitação, estão a cobertura e o equilíbrio regional, o tamanho das cidades proponentes, permitindo a participação de localidades menores e com menos recursos, a busca pela equidade de gênero e o compromisso pessoal e institucional dos participantes. Outros critérios também eram aplicados, como a articulação entre o selecionado e outras localidades, governos e OSCs do MERCOSUL, temáticas relacionadas aos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), inclusão da perspectiva de gênero, além dos objetivos passarem pela promoção da integração produtiva, inclusão social, cidadania regional e integração das localidades da região (IN, 2013)

Os projetos selecionados participariam, então, por uma capacitação presencial e uma virtual. As capacitações presenciais ofereciam as bases metodológicas para a confecção de projetos e informações sobre o MERCOSUL, sobre integração regional e os eixos do IN. Buscou-se um equilíbrio entre teoria e prática, de forma que os participantes pudessem ter uma base metodológica forte, porém, útil e aplicável às suas realidades locais e aos seus projetos submetidos, além da promoção de espaços de discussão sobre experiências entre os diferentes participantes, com acompanhamentos coletivos e individuais das propostas (IN, 2013).

Já as capacitações virtuais tinham como objetivo principal acompanhar os participantes após as capacitações presenciais, oferecendo a oportunidade de melhor estruturação e adequação das propostas submetidas. Desta forma, foi possível acompanhar de forma mais focada e particular as propostas selecionadas, contribuindo para a troca de experiências entre selecionados e assessores. Esta assessoria era dada, tanto sobre questões metodológicas e político-institucionais, quanto sobre questões do MERCOSUL e da integração regional, com foco em traduzir isto para ações concretas (IN. 2013).

Foi criado um banco de projetos e uma incubadora, sendo que esta incubação ocorreria via uma seleção que tinha como critérios relevância, metodologia, sustentabilidade, orçamento, adequação temática e capacidade de execução e visibilidade. Os projetos selecionados já haviam passado pelas capacitações presenciais e virtuais, que nada mais eram do que uma oportunidade de assessoria personalizada. Nove projetos foram incubados e,

destes, três receberam financiamento do IN de até 55 mil euros para sua execução (IN, 2013). Estes projetos foram: a) Guarulhos semeando o futuro, que tinha como objetivo fortalecer os atores envolvidos na agricultura urbana; b) Comunic@ escola MERCOSUL, com os objetivos de diminuir as taxas de violência nas escolas, promover os direitos humanos e a comunicação escolar; c) Fortalecimento da competitividade de empreendimentos produtivos rurais e urbanos na província de Tucumán, tendo como objetivo o fortalecimento de empresários jovens e mulheres, com desenvolvimento de modelos de gestão associativista (IN, 2013).

Como resultado do IN, podem ser verificadas a publicação de três diagnósticos regionais, cada um focado em um dos eixos principais do projeto: integração produtiva, cidadania regional e inclusão social, nos quais especialistas discutiam sobre a temática, sua relação com os governos locais e apresentavam análises sobre tal situação (IN, 2010a, 2010b, 2011a).

Também foram publicados três números da revista Informa, seguindo o mesmo padrão, porém contendo entrevistas e apresentações sobre os projetos selecionados (IN, 2010c, 2010d, 2011b). Seis capacitações foram realizadas dentro do escopo do projeto; em 2012 o Conselho da Mercocidades decidiu criar um espaço para capacitações, sob o modelo do IN, garantindo via recursos da rede sua continuidade. Assim, foram realizadas até 2016 mais três capacitações após o término do projeto IN (IN, 2013, 2016).

O projeto IN teve 324 submissões, dentre as quais 171 feitas por governos locais e 153 por OSC; destes 72 governos locais e 39 OSC participaram do IN e somente 33 projetos de governos locais e 29 de OSC chegaram a ser considerados finalistas. Observa-se, também, a predominância da participação feminina e das origens argentina, uruguaia, brasileira e paraguaia (IN, 2013).

Conhecendo o projeto IN em suas características essenciais, é possível verificar que a literatura de TDPP pode ser aplicada parcialmente a este caso, uma vez que certos aspectos são diferentes do funcionamento geral da Mercocidades e de governos locais.

Assim, o projeto IN pode ser considerado um local de desenvolvimento de projetos e de boas práticas de políticas públicas, ou seja, dentro do projeto se criam políticas que se pretendem que tenham boa visibilidade e sejam consideradas boas práticas. Portanto, é possível verificar que os atores que dele fizeram parte buscaram o projeto de forma voluntária e racional, com o objetivo de obter aprendizado no desenvolvimento de projetos, com vistas a satisfazer seus interesses e motivações, em particular os políticos e metas de políticas públicas, utilizando o IN como forma de qualificar propostas. Somado a isto, o projeto ofereceria a possibilidade de financiamento parcial, o que se apresenta como uma forma de

transpor eventuais restrições locais, seja em termos de capacitação de pessoal, seja em termos de orçamento.

Os atores que dele fazem parte, governos locais e OSC, poderiam ser classificados como atores internos e intermediários, entretanto, dado o caráter do desenvolvimento de projetos, conclui-se que neste caso em particular ambos os atores buscam o IN para aprender a confeccionar projetos e a desenvolver novas políticas públicas. Portanto, seria possível identificar uma alteração do comportamento destes atores ao participarem deste processo, em particular as OSC que não agem como intermediários, mas como interessados diretos em fazer políticas públicas.

Também é possível verificar que dada às capacitações e metodologias de trabalho, os projetos são feitos de forma conjunta, assim, não se pode afirmar que exista uma transferência ou difusão de políticas públicas a partir da simples cópia, ou transposição, de tais políticas, mas sim a transferência de instrumentos, estruturas, ideias e conhecimentos sobre projetos, além da promoção de valores simbólicos e normas a serem seguidas pelos participantes, que podem ser compreendidos como formas de socialização e de mimetismo.

Isto é visto, em particular, quando o Conselho da Mercocidades, avaliando positivamente a experiência, decide financiar novas capacitações e, desta forma, acaba por trazer para si estes valores, tornando tal prática uma norma. Isto é reforçado quando a Rede lança a “Mercocidades Cooperação Sul-Sul”, em 21 de março de 2017, com o foco neste tipo de cooperação e na articulação entre governos locais da rede e demais agentes, como OSC e organizações acadêmicas, (MERCOCIDADES, 2017).

O programa tem como princípios a colaboração igualitária entre as partes, o consenso na prática de suas ações, a busca pelo benefício equitativo e a valorização dos resultados qualitativos alcançados. Para promover tais princípios e estabelecer a rede como uma atora de cooperação internacional, o programa conta com uma convocatória anual de financiamento de projetos de cooperação sul-sul e uma para a formulação de projetos regionais (MERCOCIDADES, 2017). Esta última convocatória representa a absorção do projeto IN e de suas capacitações pelo programa, demonstrando sua relevância para a formulação e aprendizagem de projetos em políticas públicas regionais.

Por fim, os projetos escolhidos para a incubadora, em particular aqueles que receberam financiamento parcial para suas atividades, podem ser considerados uma efetiva execução de políticas públicas desenvolvidas no seio do projeto IN.

Desta forma, e considerando o escopo do projeto, seus objetivos e práticas, é possível indicar, mesmo que de forma inicial, que o IN promoveu a construção conjunta destes

projetos e, portanto, das políticas públicas que foram ou podem ser executadas pelos atores interessados, gerando impactos diretos e indiretos em suas cidadanias.

## **Conclusão**

A Rede Mercocidades, em seus vinte anos de existência, tornou-se um importante fórum de discussões, diálogos e promoção de boas práticas em políticas públicas. Suas Unidades Temáticas têm progredido com o tempo, tornando-se mais robusta e compreendendo novos temas de interesse das cidades associadas. Estas Unidades são o motor da transferência e da difusão de políticas públicas dentro da Rede, permitindo que associados interessados tenham contato com inovações em cada área temática, oferecendo a oportunidade destes aprenderem a partir destas experiências e emulem tais políticas em suas próprias localidades.

É exatamente por esta relevância que se torna necessário analisar e avaliar a Rede e suas UTs em diferentes aspectos, não apenas sob a ótica da paradiplomacia e da cooperação internacional descentralizada, mas também a partir da literatura da área de administração, gestão e políticas públicas. A partir disto, tentou-se aproximar a literatura que discorre sobre transferência e difusão de políticas públicas ao caso da Mercocidades, alargando os conhecimentos de ambas as áreas e permitindo verificar, inicialmente, a contribuição deste referencial teórico para sua análise.

Assim, a literatura de TDPP possibilita que sejam identificados de forma mais clara seus atores, motivações e restrições, como também quais são os mecanismos que podem ser aplicados à análise da Rede. Desta forma, verifica-se que as cidades associadas à Rede e suas UTs podem emular políticas públicas inovadoras, divulgadas através de reuniões, encontros, workshops e publicações, confirmando que a Mercocidades é um importante espaço de promoção destas políticas. Ao mesmo tempo, verifica-se a dificuldade de tais atores em participar da Rede e de suas atividades, em particular por falta de capacidades financeiras e orçamentárias, o que causa prejuízos às cidades associadas e ao processo de TDPP.

Como uma forma de mitigar tal problema, e a partir de financiamento externo da União Europeia, o projeto “Inovação e Coesão Social” se propôs a oferecer aos governos locais e organizações da sociedade civil capacitações que permitissem que projetos de alta qualidade fossem desenvolvidos e enviados para chamadas de financiamento internacional. No mesmo sentido, o projeto e sua incubadora permitiram que os projetos mais bem avaliados e que compreendessem os critérios passassem por um processo mais aprofundado de assessoramento, com a eventual escolha de três destes para financiamento parcial. O projeto, portanto, criou oportunidade para que diversos atores locais aprendessem e



praticassem o desenvolvimento de projetos de políticas públicas passíveis de serem executados.

Contudo, o projeto IN não se configura somente como um espaço de assessoria e aprendizagem de projetos, também se coloca como um espaço de construção conjunta, em particular por meio da troca de experiências entre os atores envolvidos. Entretanto, verificam-se também os desafios que esta construção conjunta traz, uma vez que há a necessidade, não apenas do financiamento das capacitações, porém dos próprios projetos em si, consideradas as capacidades financeiras e orçamentárias dos atores envolvidos.

A manutenção das capacitações, que havia passado ao cargo da própria Rede e foi absorvida pelo seu novo programa de cooperação sul-sul, demonstra a relevância deste tipo de ação e a importância da construção conjunta de políticas públicas para as localidades. Porém, demonstra ainda mais a essencialidade da construção conjunta para os processos de integração regional, dos quais a Rede Mercocidades foi parte desde seu início.

## Referências

- AFONSO, M. M.; FERNANDES, A. P. (2005). **ABCD: introdução à cooperação para o desenvolvimento**. Lisboa: Marquês de Valle Flôr/Oikos.
- AGUIRRE, I. (1999). Making sense of paradiplomacy? an intertextual enquiry about a concept in search of a definition. *In* ALDECOA, F.; KEATING, M. **Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments**. London e Portland: Frank Cass, 185-209.
- AYLLÓN, B. (2007). La cooperación internacional para el desarrollo: Fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la teoría de las Relaciones Internacionales. **Carta Internacional**, 2 (2): 32-47.
- BORJA, J.; CASTELLS, M. (1997). **Local and the global: Management of cities in the information age**. Londres: Earthscan.
- CARDARELLO, A.; RODRIGUEZ, J. (2007). **Networks of cities as a privileged tool for decentralised co-operation management**, publicado em Decentralized Cooperation Observatory. [[http://observ-ocd.org/sites/observ-ocd.org/files/publicacion/docs/299\\_134.pdf](http://observ-ocd.org/sites/observ-ocd.org/files/publicacion/docs/299_134.pdf)]. Disponibilidade: 22/04/ 2015.
- CEBRAP. (2016). **International seminar on policy diffusion**, publicado em [<https://policydiffusion.com/>]. Disponibilidade: 05/09/ 2016.
- CORNAGO, N. (1999). Diplomacy and paradiplomacy in the redefinition of international security: dimensions of conflict and co-operation. *In* ALDECOA, F.; KEATING, M. **Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments**. London e Portland: Frank Cass, 40-57.
- DESSOTTI, F. R. (2011). **Rede Mercocidades na cooperação descentralizada: limites e potencialidades**. São Paulo: PUC-SP.

DOLOWITZ, D.; MARSH, D. (1996) Who learns what from whom: a review of the policy transfer literature. **Political studies**, XLIV: 333-357.

\_\_\_\_\_. (2000). Learning from abroad: the role of policy transfer in contemporary policy making. **Governance: An International Journal of Policy and Administration**, 13 (1): 5-23.

DUCHACEK, I. (1986). **The territorial dimension of politics**: within, among and across nations. Boulder e Londres: Westview Press.

\_\_\_\_\_. (1990). Perforated sovereignties: toward a typology of new actors in international relations. In MICHELMANN, H.; SOLDATOS, P. **Federalism and international relations**: the role of subnational units. Oxford: Clarendon Press.

FARIA, C. A. D.; COELHO, D. B.; SILVA, S. J. (2016). Introdução. In FARIA, C. A. D.; COELHO, D. B.; SILVA, S. J. **Difusão de políticas públicas**. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 11-31.

GILARDI, F. (2012). Transnational diffusion: norms, ideas, and practices. In CARLSNAES, W.; RISSE, T.; SIMONS, B. A. **Handbook of international relations**. Thousand Oaks: Sage Publications, 453-77.

GOMES, J. Fiorin; CORRADI, R. S. (2015). **Paradiplomacia em movimento**: Perspectivas em homenagem aos 20 anos de atuação da Rede Mercociudades. Porto Alegre: Uniritter.

GRAHAM, E.; SHIPAN, C.; VOLDEN, C. (2012). The diffusion of policy diffusion research in political science. **British Journal of Political Science**, 43 (- 3): 1-29.

HAFTECK, P. (2003) An introduction to decentralized cooperation: definitions, origins and conceptual mapping. **Public administration and development**,. 23 (4):333-345, julho.

HOCKING, B. (1993). **Localizing foreign policy**: non-central governments and multilayered diplomacy. New York: St. Martin Press.

\_\_\_\_\_. (2004) Regionalismo: uma perspectiva das Relações Internacionais. In VIGEVANI, T.; WANDERLEY, L.E.W; BARRETO, M.I; MARIANO, M.P. (orgs). **A dimensão subnacional e as Relações Internacionais**. São Paulo: Educ/Unesp/EdUSC, 77-107.

IN INOVAÇÃO E COESÃO SOCIAL (2010a). **La integración productiva regional y los gobiernos locales del MERCOSUR: Estudio situacional**, publicado em [[http://www2.inmercociudades.org/wp-content/uploads/2014/06/diagnostico\\_integracion\\_productiva\\_I.pdf](http://www2.inmercociudades.org/wp-content/uploads/2014/06/diagnostico_integracion_productiva_I.pdf)]. Disponibilidade: 06/09/2016.

\_\_\_\_\_. (2010b) **Ciudadanía regional y gobiernos locales del MERCOSUR: Diagnóstico situacional**, publicado em [<http://www2.inmercociudades.org/wp-content/uploads/2014/06/ESTUDIOSITUACIONAL2WWW.pdf>]. Disponibilidade: 06/09/2016.

\_\_\_\_\_. (2010c) **Informa nº 1**, publicado em [[http://www2.inmercociudades.org/wp-content/uploads/2014/06/revista\\_informa\\_I.pdf](http://www2.inmercociudades.org/wp-content/uploads/2014/06/revista_informa_I.pdf)]. Disponibilidade: 06/09/2016.

\_\_\_\_\_. (2010d) **Informa nº 2**, publicado em [http://www2.inmercociudades.org/wp-content/uploads/2014/06/REVISTAIN\_02WWW.pdf]. Disponibilidade: 06/09/ 2016.

\_\_\_\_\_. (2011a) **La inclusión social y los gobiernos locales del MERCOSUR: Diagnóstico situacional**, publicado em [http://www2.inmercociudades.org/wp-content/uploads/2014/06/estudio3esp.pdf]. Disponibilidade: 06/09/2016.

\_\_\_\_\_. (2011b) **Informa nº 3**, publicado em [http://www2.inmercociudades.org/wp-content/uploads/2014/06/revista\_informa\_III\_final.pdf]. Disponibilidade: 06/09/2016.

\_\_\_\_\_. (2013) **IN proyectando integración**, publicado em [http://www2.inmercociudades.org/wp-content/uploads/2014/06/PUBFINAL\_INWWW.pdf]. Disponibilidade: 06/09/ 2016.

\_\_\_\_\_. (2016) **Propuesta**, publicado em [http://www.inmercociudades.org/in/propuesta/]. Disponibilidade: 06/09/ 2016.

KUZNETSOV, A. (2015). **Theory and practice of paradiplomacy**. New York: Routledge.

MALÉ, J.-P. (2006). **Especificidades de la cooperación descentralizada pública: atores, contenidos y modelos**. 1ª Conferência Anual do Observatório de la Cooperación Decentralizada - Unión Europea/América Latina. Montevideo: Decentralized Cooperation Observatory.

MARIN, P. L. (2011). Mercosul e a disseminação internacional de políticas públicas. **Cadernos de gestão pública e cidadania**, 16 (58): 7-22.

MARSH, D.; SHARMAN, J. C. (2010). Policy diffusion and policy transfer. In EVANS, M. **New directions in the study of policy transfer**. New York: Routledge, 32-51.

MARX, V. (2008). **Las ciudades como actores políticos en las relaciones internacionales**. Barcelona: Universidade Autònoma de Barcelona.

MELLO, S. C. A. (2013). **Cooperação internacional e transferência de políticas públicas no campo da comunicação social: o papel da UNESCO na reforma da radiodifusão do Brasil**. Dissertação de mestrado em Administração apresentada à Universidade do Grande Rio. (Orientador: Prof. Dr. Carlos R. S. Milani).

MERCOCIUDADES. (2016a) **Estatuto y reglamento de Mercociudades**, publicado em Mercociudades [http://www.mercociudades.org/node/2273]. Disponibilidade: 12/08/ 2016.

\_\_\_\_\_. (2016b). **Descripción del FCCR**. publicado em Mercociudades, [http://www.mercociudades.org/node/2288]. Disponibilidade: 05/09/2016.

\_\_\_\_\_. (2016c). **Unidades temáticas**. publicado em Mercociudades [http://www.mercociudades.org/node/2286]. Disponibilidade: 05/09/ 2016.

\_\_\_\_\_. (2016d). **Documentos y Archivos**, publicado em Mercociudades [http://www.mercociudades.org/node/2100]. Disponibilidade: 12/08/ 2016.

\_\_\_\_\_. (2017). **Mercociudades Cooperação Sul-Sul**, publicado em Mercociudades [http://www2.mercociudades.org/sursur/?q=pt-br]. Disponibilidade: 11/05/ 2017.

MERCOSUL. (2000). **Resolução 90/00**, publicada em Mercosul [http://gd.mercosur.int/SAM/GestDoc/pubweb.nsf/OpenFile?OpenAgent&base=SAM/GestDoc/DocOfic0Arch.nsf&id=832579C700726F0D032576B300527D15&archivo=RES\_090-2000\_PT\_ReuMuniIntende.pdf]. Disponibilidade: 05/09/ 2016.

MILANI, C. R. S.; LOPES, R. N. (2014). Cooperação Sul-Sul e policy transfer em saúde pública: análise das relações Brasil e Moçambique entre 2003 e 2012. **Carta internacional**, 9 (1): 59-78.

OLIVEIRA, O. P. (2013). **Embaixadores da participação**: a difusão internacional do orçamento participativo a partir do Brasil. Dissertação de Doutorado em Ciência Política apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Orientador: Prof. Dr. Adrian Gurza Lavalle).

RODRIGUES, G. M. A. et al. (2009). **Cidades em relações internacionais**: análises e experiências brasileiras. São Paulo: Desatino.

ROMERO, M. D. H. (2004). **Una aproximación contextual y conceptual a la cooperación descentralizada**. Valparaíso e Barcelona: Decentralized Cooperation Observatory.

SHIPAN, C. R.; VOLDEN, C. (2012). Policy Diffusion: Seven Lessons for Scholars and Practitioners. **Public Administration Review**, 72 (6): 788-796.

SOLDATOS, P. (1990). An explanatory framework for the study of federated states as foreign policy actors. In MICHELMANN, H.; SOLDATOS, P. **Federalism and international relations: the role of subnational units**. Oxford: Clarendon Press, 34-53.

STPM. (2005). **Informe de la Secretaría Técnica Permanente de Mercociudades: 2005**, Morón, publicado em [http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/InformesGestion/STPM/informeSTPM-2005.pdf]. Disponibilidade: 12/08/ 2016.

\_\_\_\_\_. (2009) **Informe de la Secretaría Técnica Permanente de Mercociudades: 2008-2009**, publicado em [http://www.mercociudades.org/sites/portal.mercociudades.net/files/archivos/documentos/InformesGestion/STPM/informeSTPM\_2008\_09.pdf]. Disponibilidade: 12/08/ 2016.

TAVARES, R. (2016). **Paradiplomacy: Cities and states as global players**. New York: Oxford University Press.